



MANUALIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA – COMPREV Versão 01 – Outubro/2025

1. RESPONSÁVEL PELO PROCESSO

1.1. Setor responsável: Gestão de Compensação Previdenciária, vinculada à Unidade de Contabilidade da PREVIBARRAS, responsável pela execução, acompanhamento e controle das atividades relacionadas à compensação previdenciária (COMPREV).

2. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

2.1. A execução do processo de Compensação Previdenciária (COMPREV) no âmbito da PREVIBARRAS observa a legislação federal, municipal e normativa vigente que rege as relações entre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). As normas a seguir estabelecem os fundamentos legais, operacionais e procedimentais aplicáveis à compensação previdenciária, devendo ser rigorosamente observadas em todas as etapas do processo:

- Lei Municipal nº 13/1999 (Quatro Barras) e suas alterações;
- Lei Federal nº 9.796/1999 e suas alterações;
- Portaria MPAS nº 6.209/1999 e suas alterações;
- Decreto Federal nº 10.188/2019;
- Portaria SPREV nº 6.657/2021;
- Manual vigente do Pró-Gestão RPPS.

3. CONCEITOS E FINALIDADES

3.1. A Compensação Previdenciária (COMPREV) é o instrumento legal e financeiro que possibilita o acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo INSS, e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos entes federativos. Sua finalidade é assegurar o equilíbrio financeiro entre os regimes, quando um deles concede e paga um benefício previdenciário que utilizou, para fins de cálculo, tempo de contribuição vertido ao outro regime.

3.2. Instituída pela Lei Federal nº 9.796/1999, a compensação previdenciária busca garantir que o regime que paga o benefício seja ressarcido pelo período de contribuição recebido pelo outro regime. Assim, evita-se que um ente público suporte financeiramente tempo de serviço que gerou arrecadação previdenciária em outro sistema.

3.3. A compensação é devida tanto nas situações em que o servidor público se aposenta pelo RPPS, utilizando tempo de contribuição do RGPS, quanto nos casos em que o trabalhador se aposenta pelo INSS, utilizando tempo certificado por um RPPS. Dessa forma, a COMPREV representa um mecanismo de justiça contributiva e atuarial, equilibrando as contas entre os regimes previdenciários.

3.4. O processo é operacionalizado por meio do Sistema COMPREV, desenvolvido pela Dataprev e gerido pelo INSS, que permite o envio eletrônico de requerimentos, o intercâmbio de informações, a análise e homologação das compensações e o controle dos valores devidos e recebidos entre os entes. Esse sistema padroniza e confere maior transparência e segurança à gestão da compensação previdenciária em todo o território nacional.

3.5. Na prática, a compensação previdenciária consiste na transferência de recursos financeiros do regime que arrecadou as contribuições (no período utilizado para o



Previdência Social do Município de Quatro Barras

cálculo do benefício) para o regime que efetivamente concedeu e paga o benefício. Assim, o mecanismo assegura o cumprimento do princípio da contribuição correlata, segundo o qual cada regime deve responder apenas pelos períodos em que houve efetiva contribuição de seus segurados.

3.6. Nesse sentido, o objetivo deste manual é estabelecer e padronizar os procedimentos relativos à execução da Compensação Previdenciária (COMPREV) no âmbito da PREVIBARRAS, descrevendo as etapas, responsabilidades e controles necessários para garantir a eficiência, a conformidade legal e a qualidade do processo.

4. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

4.1. Verificação da possibilidade de compensação previdenciária

- Confirmar se o benefício (aposentadoria ou pensão) é passível de compensação previdenciária, de acordo com a legislação vigente.

4.2. Casos em que há compensação

- A compensação previdenciária poderá ser requerida quando o servidor público tiver averbado, para fins de aposentadoria, períodos de contribuição junto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mediante Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) emitida pelo INSS, e/ou junto a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mediante CTC emitida pelo respectivo ente federativo.
- Devem ser excluídos períodos concomitantes.

4.3. Casos excluídos da compensação

- Aposentadorias por invalidez decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, conforme os arts. 20, 21 e 151 da Lei nº 8.213/1991, bem como as pensões delas derivadas.
- Pensões originárias de servidor ativo também não geram compensação previdenciária.

4.4. Acompanhamento da homologação

- Acompanhar o processo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) até a homologação do ato de aposentadoria ou pensão.

4.5. Inserção do requerimento no Sistema COMPREV

- Após a homologação, inserir o requerimento no sistema COMPREV.
- Embora atualmente não seja obrigatório anexar documentos, recomenda-se anexar a CTC para melhor instrução.

4.6. Análise de requerimentos

- Conferir todos os dados dos requerimentos (dados pessoais, tempo de contribuição, períodos certificados e datas de espera).
- Manter arquivadas as CTCs emitidas pelo Município.
- Criar exigências sempre que houver dúvidas ou inconsistências que possam gerar juros e multas.

4.7. Emissão de relatórios mensais

- Emitir mensalmente relatórios no COMPREV e/ou BG-COMPREV para acompanhar o andamento dos requerimentos, pagamentos e recebimentos entre o RPPS e o RGPS.

4.8. Pagamentos e recebimentos

- Solicitar o empenho e pagamento das compensações devidas (a pagar).



Previdência Social do Município de Quatro Barras

- Monitorar as compensações a receber e, em caso de ausência de repasse, criar contestação no Sistema COMPREV.

4.9. Controle interno

- Manter planilha de controle atualizada (Excel ou sistema interno) com todas as informações relativas aos processos de compensação.

5. MAPEAMENTO DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

5.1. Fluxo interno de atividades da PREVIBARRAS para gestão e controle das compensações entre o RPPS e o RGPS:

1. Verificação da possibilidade de compensação previdenciária;
2. Acompanhamento da homologação do benefício pelo TCE-PR;
3. Inserção do requerimento no Sistema COMPREV;
4. Análise dos requerimentos recebidos;
5. Emissão de relatórios mensais (COMPREV e/ou BG-COMPREV);
6. Encaminhamento de valores a pagar e acompanhamento dos a receber;
7. Atualização da planilha de controle.

Responsável pela atualização deste manual:
Setor de Compensação Previdenciária – PREVIBARRAS
Revisão prevista: sempre que houver alteração normativa.